

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA PARANAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

Vanda de Oliveira Vilela

**COMO A ALFABETIZAÇÃO É TRATADA NO PROJETO POLÍTICO -
PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL E ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE PARANAIBA - MS**

Paranaíba-MS

2017

Vanda de Oliveira Vilela

**COMO A ALFABETIZAÇÃO É TRATADA NO PROJETO POLÍTICO -
PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL E ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE PARANAIBA - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Orientadora: Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez

**Paranaíba-MS
2017**

VANDA DE OLIVEIRA VILELA

**COMO A ALFABETIZAÇÃO É TRATADA NO PROJETO POLÍTICO -
PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL E ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE PARANAIBA - MS**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Me. Carina Maciel de Oliveira Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Profa. Dra Estela Natalina Mantovani Bertolletti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

*Dedico este trabalho em especial as
minhas filhas e ao meu esposo que me
incentivou e me apoiou a todo o momento.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade por ter aberto as portas para que eu ingressasse no curso de Pedagogia e permanecesse, assim concluindo minha graduação.

A Deus a Nossa Senhora Aparecida por ter me dado forças para persistir nesta caminhada, me iluminando em todos os momentos.

A minha mãe, Aparecida Silva Souza Vilela (in memoriam), e ao meu pai, Luiz de Oliveira Vilela, por terem me incentivado e apoiado.

As minhas joias preciosas, Tássila Cristina Vilela de Oliveira e Tásila Cristiane de Oliveira Vilela, que entenderam os momentos de minha ausência.

Ao meu companheiro, Osmair José de Oliveira, que permaneceu ao meu lado me apoiando, incentivando e me estimulando para que este momento se concretizasse.

A minha grande amiga, Ivonete Gonçalves de Oliveira, que acolheu meus momentos de angústias, ansiedades e desespero, orientando-me a conquistar um futuro próspero.

As minhas amigas de turma que me incentivaram contribuindo para minhas aprendizagens.

A todos da minha família e amigos (as) que me apoiaram e acreditaram em meu potencial.

Aos docentes que ao longo desses quatro anos não mediram esforços para transmitirem seus conhecimentos a nós.

A minha co-orientadora, Me. Carina Maciel de Oliveira Silva, que não mediu esforços para me atender e dar-me as orientações necessárias, sempre com um sorriso no rosto apesar de notar sua face cansada, me encorajando e orientando-me nas minhas dúvidas.

E a minha orientadora, Dra. Milka Helena Carrilho Slavez, pela sua dedicação e empenho em meu trabalho.

Obrigada!

“Por trás da mão que pega um lápis, dos
olhos que olham, dos ouvidos que
escutam, há uma criança que pensa”.

(EMÍLIA FERREIRO)

RESUMO

As formas de alfabetizar fizeram parte da história da alfabetização no Brasil e apesar das diferenças em suas concepções contribuíram de alguma forma para a alfabetização em cada momento histórico. Após a introdução do construtivismo foi possível perceber uma mudança no modo de pensar dos educadores, buscando valorizar o conhecimento do aluno ao chegar à escola e compreender as hipóteses que criam sobre a escrita durante o processo de aprendizagem. Os métodos de alfabetização têm sofrido mudanças no decorrer dos anos na educação. Este tema nos provocou muitas inquietações e nos levou a fazer leituras de artigos e fichamentos buscando informações para compreendermos melhor quais procedimentos são utilizados. Desta forma, a finalidade desta pesquisa é compreender quais são as compreensões de alfabetização que vêm sendo propostas pelos Projetos Políticos Pedagógico de duas unidades escolares do município de Paranaíba estado de Mato Grosso do Sul. Assim, optamos por uma pesquisa de análise documental com base nos Projetos Políticos Pedagógicos a fim de entender as questões levantadas. Definiram-se como objetivos específicos: Compreender por meio de análise dos PPP quais as concepções de alfabetização proposta para os professores alfabetizadores nestas unidades. Com a análise de o Projeto Político Pedagógico observar quantas vezes aparece à palavra alfabetização e em quais contextos aparecem. A pesquisa se fundamenta na concepção de SOARES (2004), MORTATTI (2006), SMOLKA (1989) E MENGA E LÜDKE (1986).

Palavras-chave: Alfabetização. Concepção de Alfabetização. Projeto Político - Pedagógico.

ABSTRACT

The forms of literacy were part of the history of literacy in Brazil and although differences in their conceptions contributed in some way to literacy in each historical moment. After the introduction of constructivism it was possible to perceive a change in the way of thinking of the educators, seeking to value the knowledge of the student when arriving at the school and to understand the hypotheses that create about the writing during the learning process. Literacy methods have undergone changes over the years in education. This issue has caused us many concerns and led us to read articles and files seeking information to better understand which procedures are used. In this way, the purpose of this research is to understand which are the literacy understandings that have been proposed by the Pedagogical Political Projects of two school units in the city of Paranaíba state of MatoGrosso do Sul. Thus, we opted for a documental analysis research based on the Political Pedagogical Projects in order to understand the issues raised. They were defined as specific objectives: To understand through PPP analysis the conceptions of literacy proposed for literacy teachers in these units. With the analysis of the Political Pedagogical Project observe how often appears to the word literacy and in which contexts appear. The research is based on the conception of SOARES (2004), MORTATTI (2006), SMOLKA (1989) MENGA LÜDKE (1986).

Key words:Literacy. Literacy Design. Political Pedagogical Project.

LISTA DE SIGLAS

ANA- Avaliação Nacional da Alfabetização

CEINF- Centro de Educação Infantil

CRAS- Centro de Referências de Assistência Social

E.M.P.E.P. G- Escola Municipal Professora Liduvina Motta Camargo.

ESF- Estratégia da Saúde da Família

FAR - Faculdade Almeida Rodrigues - Rio Verde - Goiás.

FIPAR- Faculdades Integradas de Paranaíba

FIU- Faculdades Integradas de Urupungá – Pereira Barretos- SP

FUNEC- Fundação Municipal de Educação e Cultura - Santa Fé do Sul

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério de Educação

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAIC - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa

PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROEMI- Programa Ensino Médio Inovador

UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO.....	14
1.1 – Percurso histórico da alfabetização	15
1.2 – ALFABETIZAÇÃO: base para o ensino da leitura e da escrita	17
2 - BAIRRO INDUSTRIAL DE LOURDES E AS ESCOLAS.....	19
2.1- Contextualização das escolas	22
2.2 - Escola Estadual.....	22
2.3 - Escola Municipal	24
3.0 - CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E ALFABETIZAÇÃO.....	27
3.1 - Princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico	31
3.2 – Análise do Projeto Político Pedagógico: escola municipal.....	33
3.3 – Análise do Projeto Político Pedagógico: escola estadual.....	38
4 -CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
5-REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa documental surgiu mediante as minhas inquietações sobre os projetos políticos pedagógicos abordam o contexto de alfabetização. Elegi como fonte de pesquisa a Escola Municipal Liduvina Motta Camargo e a Escola Estadual Manoel Garcia Leal sendo uma pertencente à rede municipal e outra à rede estadual, localizadas em um bairro periférico do município de Paranaíba – MS.

Estas perturbações surgiram mediante os desconfortos por minha parte em relação a como a escola em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) lida com alfabetização, deixando-a à margem.

Quando falamos em alfabetização, ou em alfabetizar, nos remete um sentido de ensinar o aluno a ler e escrever e ponto, muitas vezes, deixando de lado todo o contexto e o processo de ensino e aprendizagem; não é levado em consideração o processo em que esse aluno passa até se alfabetizar de fato.

Não podemos deixar de pensar que os professores parecem não ter conhecimento da situação em que cada aluno se encontra, e que a realidade de cada educando reflete no seu desenvolvimento, portanto os alfabetizadores deveriam buscar mais informações para abranger seus conhecimentos neste processo de ensino e aprendizagem.

Mortatti (2006) relata que antes do Império no Brasil as salas de aula eram multisseriadas, denominadas aulas régias, onde o ensino dependia muito do envolvimento do professor e do aluno para se obter um bom desempenho na alfabetização.

Segundo a autora mesmo tendo materiais já impressos, o sistema optava pelo ensinamento do ABC, que começava ensinando os alunos a traçar linhas para depois passar a escrever e ler as cartilhas, ainda que esses utensílios pedagógicos de certa forma fossem precários, tiveram um avanço na metade do século XIX.

O ensino da leitura buscava considerar as dificuldades que o aluno viera a ter no desenvolvimento da aprendizagem desses símbolos, dos sons e das famílias silábicas, sempre iniciando da maneira mais simples, das letras para depois ir aos textos.

Após os alunos passarem pelo processo de familiarização dos códigos e dos sons era dado segmento para a construção de frases com as letras já conhecidas. “[...] quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras”. (MORTTTI, 2006, p.5). A escrita já era mais

rigorosa, exigia mais a caligrafia, a escrita legível e corretamente, isso já no âmbito da ortografia.

Desse modo propus compreender por meio de análise dos PPP quais as concepções de ensino prescritas para a prática dos professores alfabetizadores nas duas unidades escolares pesquisadas.

Assim, busquei analisar se os educadores das referidas escolas alfabetizam de acordo com a tendência pedagógica proposta pela instituição nos documentos oficiais, e se encontram dificuldades ao se adequar à proposta do Projeto Político Pedagógico.

Entretanto observei por meio do PPP as concepções desenvolvidas dos professores alfabetizadores, buscando averiguar se as escolas contemplavam as dificuldades dos educandos e quais os meios para saná-los.

Ao adentrar no curso de Pedagogia aos 33 anos pensei que teria mais dificuldades em assimilar as informações, não digo que foi, ou que está sendo tão fácil, mas apesar das dificuldades encontradas ao longo do curso está sendo prazeroso e cada dia estou aprimorando mais no conhecimento na área de alfabetização sobre as concepções utilizadas nas salas de aula no decorrer de décadas de ensino nas escolas.

Neste âmbito analisei duas escolas da rede pública localizadas em um bairro de classe econômica considerada baixa como já mencionei. Portanto a pesquisa está pautada em uma pesquisa documental relacionada aos projetos político-pedagógico das escolas, com o intuito de identificar quais as concepções de alfabetização norteiam o desenvolvimento pedagógico.

Desse modo, o presente trabalho está organizado em três capítulos. Iniciei esboçando a concepção de alfabetização que visar delinear os conceitos e definições de alfabetização, o processo histórico, e o contexto de alfabetização e escola, sua importância no desenvolvimento do trabalho pedagógico com os discentes, o processo de ensino e aprendizagem na escolarização do educando, como este adentrou no sistema escolar e suas progressões.

Exemplifiquei a importância da alfabetização na formação do sujeito, conscientizando a leitura como espaço de luta, reivindicação, e de direitos, para atuar democraticamente na sociedade na qual está inserido. A cidadania do indivíduo precisa estar garantida em todas as instâncias.

Já no segundo capítulo fiz uma caracterização do bairro em que as duas escolas estão inseridas, descrevendo suas características, pontuando cada uma delas, apresentando situações que possa ou não interferir na participação ou rendimento

escolar dos alunos, em seguida realizei uma descrição física das duas escolas, abordando a importância da participação da família no processo de desenvolvimento dos alunos no ensino e aprendizagem, e se essa relação influencia no rendimento escolar dos estudantes por meio de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das referidas escolas.

No terceiro capítulo fiz uma análise dos dois PPP e uma reflexão sobre quantas vezes aparece a palavra alfabetização e em que contextos elas surgem, uma vez que, essa pesquisa é voltada a concepção de alfabetização.

Portanto a finalidade desta pesquisa é analisar de que forma é a organização e a abordagem do projeto político-pedagógico referente à alfabetização de uma escola municipal e de uma escola estadual, do município de Paranaíba- MS. Sendo que, a escola municipal recebe alunos do 1º ao 7º ano do ensino fundamental em dois períodos, matutino e vespertino, e a escola estadual recebe alunos do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do ensino médio nos três períodos: matutino, vespertino e noturno.

Deste modo, a metodologia utilizada neste projeto de investigação refere-se a uma pesquisa documental. Nas palavras de Ludke e André:

Embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE, ANDRÉ, 1986, 38)

Apesar de pouco explorada nessa área, a análise documental tem por finalidade buscar e identificar elementos nos documentos a partir de suposições que nos trazem inquietações, dados que nos permitem tratar do que objetivamos saber, ou seja, ter maior conhecimento a respeito do que nos traz conflitos entre a teoria e o empirismo.

CAPÍTULO I - CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com Freire (2003), as concepções de alfabetização se constituem por meio de práticas plurais e multifacetadas. Segundo a autora, a maioria dos alfabetizadores têm pontos de vista diferentes sobre conceito de alfabetização e sobre o modo como tal conceito reflete em suas práticas pedagógicas. Freire (2003) destaca que esses diferentes pontos de vista são notados, principalmente, nas séries iniciais, pois, cada teórico/pesquisador apresenta um posicionamento sobre a questão, ou seja, cada teoria traz um entendimento e uma interpretação sobre alfabetização, por isso a autora fala em pluralidade, que são as múltiplas interpretações sobre qual a maneira de alfabetizar.

Essas diferenças devem ser vistas como algo positivo, uma vez que elas possibilitam aos professores rever suas práticas pedagógicas, considerando o conhecimento que o aluno traz consigo. Partindo desse pressuposto, o educador teria um norte para buscar alfabetizar de maneira que o aluno seja provocado pelo seu contexto de vida a buscar novos conhecimentos e aprimorar o que já traz. O professor tendo um conhecimento que consiga contemplar tais situações mencionadas pela autora, facilitará o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Com base em Soares (2004), é possível afirmar que alfabetizar não é apenas aprender a ler e escrever, é ir além do processo de codificar e decodificar. O processo de alfabetização envolve todo o contexto social em que o aluno está inserido. Contexto que nem sempre é valorizado pelo professor em suas práticas pedagógicas. Ao não valorizá-lo deixa-se de considerar o fato de que a criança precisa ir além do fazer e decorar.

Para Soares (2004), é preciso criar objetivos no processo de ensino-aprendizagem, efetivando a ampliação e definição de alfabetização/alfabetizado.

A autora mencionada ressalta ainda a insuficiência de como definir os objetivos no processo de alfabetização, contexto em que surgiu a necessidade e o momento da justificativa da palavra letramento que é definida pela autora como procedimentos e práticas sociais no campo da leitura e da escrita que vão além de dominar o alfabeto e a ortografia.

Ainda sob essa perspectiva, Smolka (1989) comenta que alfabetização não somente envolve a aprendizagem da leitura, da escrita e do sentido das palavras. Alfabetização envolve um contexto maior que se trata da formação, da construção do significado e da interação com o outro. Nesse sentido, a autora ressalta que:

[...] a alfabetização não implica, obviamente, apenas a aprendizagem da escrita das letras, palavras e orações. Nem tampouco envolve apenas uma relação da criança com a escrita. A alfabetização implica, desde a sua formação, a construção do significado. (SMOLKA, 1989, p. 69).

Afirmamos com Smolka (1989) que já na alfabetização é preciso considerar que leitura e escrita são processos que se constituem a partir do outro, ou seja, se escreve e se lê para alguém. Assim, deve-se considerar que a aprendizagem da leitura e escrita não pode ser tratada como processo isolado de um contexto social mais amplo. Essa aprendizagem não acontece somente para si mesmo, há sempre há uma intencionalidade, um público alvo que influencia diretamente nesse processo.

1.1 Percurso histórico da alfabetização

Mortatti (2006) ao discutir sobre escola e alfabetização nos traz uma breve contextualização histórica. Conforme a autora, com a proclamação da República no Brasil o ensino adquiriu ênfase como uma das fantasias da modernidade. Neste período Mortatti (2006) destaca que a escola estabilizou-se como ambiente institucionalizado, ou seja, um espaço especializado na ocupação educacional, um lugar de preparo das futuras gerações.

A autora destaca que o Estado republicano tinha como propósito programar uma nova ordem política e social e, com isso “[...] a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do esclarecimento das massas iletradas”. (MORTATTI, 2006, p.02).

No entanto mesmo após décadas desde a implantação do modelo republicano, a alfabetização tem lacunas, frisa Mortatti (2006, p. 03),

Decorridos mais de cem anos desde a implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, podemos observar que, desde essa época, o que hoje denominamos “fracasso escolar na alfabetização” se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores. (MORTATTI, 2006, p. 3)

Ainda sobre essa questão, Mortatti (2006) ressalta que “[...] as evidências que sustentam originariamente essa associação entre escola e alfabetização vêm sendo questionadas, em decorrência das dificuldades de se concretizarem as promessas e os efeitos pretendidos com a ação da escola sobre o cidadão.”.

As dificuldades são decorrentes do processo de ensino em que a escola muitas vezes se encontra. De um lado a necessidade de se alfabetizar e aplicar os pressupostos teóricos na prática. De outro a dura realidade vivida pela escola que nem sempre recebe o suporte necessário para tal procedimento. Muitas vezes é cobrado do professor o resultado sem levar em consideração que a obtenção desse resultado depende de uma série de fatores.

Mediante o exposto, podemos afirmar que as dificuldades apontadas por Mortatti (2006) decorrentes dos contextos da alfabetização não são exclusivas dos dias atuais, vem de todo um processo histórico, educacional, das políticas públicas e sociais que ocorreram durante décadas e perpassam os dias atuais, uma vez que quando se fala de dificuldades na alfabetização, nos faz transparecer que esses enigmas sobre o assunto não são decorrentes de situações que vem se transformando conforme afirma a autora.

Segundo Mortatti (2006), a fase inicial da escrita e da leitura na alfabetização como um processo aprendizagem se deu a partir do início do século XX, que trazem vários conflitos entre os antigos e novos métodos:

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com “antigas” e “novas” explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública. (MORTATTI, 2006, p. 01)

Nessa época, início do século XX para se transmitir o ensino da leitura e da escrita, usava-se o método sintético e analítico, segundo a autora:

Para o ensino da leitura, utilizavam-se, nessa época, métodos de marcha sintética (da “parte” para o “todo”): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. (MORTATTI, 2006, p. 5)

O método sintético partia da parte para o todo, dos sons e das famílias silábicas fazendo com que a criança compreenda o sentido do texto, Sempre iniciando da maneira mais simples dando prioridade a habilidades do aluno de falar, ouvir para depois construir as letras e depois toda palavra para depois ir para construção de textos.

O método analítico, que parte do todo para a parte, da compreensão de um texto, e o objetivo era de estimular a leitura do aluno, assim trabalhava os significados das sílabas, à construção significado das frases e em seguida a memorização da construção de saberes adquiridos a partir deste procedimento.

Quanto ao procedimento da escrita o ensino era restrito à escrita e à ortografia, que era avaliada por meio de ditados, para saber se conseguiu adquirir conhecimento do que foi ensinado.

1.2- ALFABETIZAÇÃO: base para o ensino da leitura e da escrita

Conforme aborda Frade (2007), a concepção de alfabetização não é mais vista como código a ser compreendido. Por meio dela se tem uma compreensão de que a escrita é uma linguagem e um modo de levar aos alunos conhecimento, entendimento sobre o mundo que os cercam. Para Frade (2007), a escola é a principal responsável por oportunizar acesso a situações que contribuam para o desenvolvimento do aprendizado, fazendo com que a aprendizagem tenha sentido para o aluno.

De acordo com a autora, é importante que os educadores criem situações para que os alunos sejam estimulados a pensar e assim aprimorem os conhecimentos.

Por meio dessas hipóteses, os professores propiciam aos alunos ambientes e situações que os estimulem a participar ativamente da construção de seus saberes. Com isso, o aluno adquire mais autonomia em relação ao seu papel enquanto aprendiz. Para Frade (2007), essa participação ativa e autônoma do aluno deve envolver o contexto social e cultural.

O fato de o aluno aprender a partir de uma situação contextualizada faz com que a leitura e a escrita deixem de significar apanhado de letras e passem a ser compreendidas como um conjunto de saberes que levam o indivíduo a construir sentidos de maneira autônoma, permitindo a esse aluno compreender as diversas interpretações possíveis resultantes dos variados meios sócio-culturais.

Para Soares (2004), o processo inicial da aprendizagem tem que partir do interesse da criança enquanto aluno, pois assim ele será capaz de interagir buscando novas leituras e aprimorando o processo de aprendizagem. Diante disso, podemos observar que a escola tem seu papel importante nesse desempenho, já que a criança depende muito da intermediação de um adulto para ser estimulado a buscar novos meios de demonstrar que está aprendendo.

O aluno tem que ser provocado a pensar e a ir além do que o professor ensina e o professor precisa saber buscar pistas, informações relevantes naquilo que o aluno é capaz de produzir.

Durante o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem da criança em ambiente escolar é importante lembrarmos, também, que há crianças que têm contato com a leitura e a escrita antes de ingressar a escola, de maneira direta ou indireta, ou seja, esse acesso à leitura e a escrita acontece de várias formas: ouvindo histórias contadas, tendo contato com livros, histórias em quadrinhos, jornais, etc.

CAPÍTULO II - BAIRRO INDUSTRIAL DE LOURDES E AS ESCOLAS

Com leituras no Projeto Político-Pedagógico (2016) da Escola estadual Manoel Garcia Leal e o PPP da escola municipal Liduvina Motta Camargo (2014) obtive informações no PPP da instituição mencionada de que, a região do município de Paranaíba/MS conhecida popularmente como Iate, por ter um grande crescimento desde a sua fundação, em 31 de Março de 1978, o empresário Daniel Martins Ferreira, teve iniciativa de lotear sua chácara. Esse loteamento deu origem ao bairro denominado de bairro Industrial de Lourdes. Esse bairro está situado ao norte da cidade de Paranaíba, no Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro Oeste e conta com aproximadamente oito mil moradores. A maioria dos moradores que lá residem são de família de baixo poder socioeconômico. Grande parte dos moradores tem como fonte de renda o salário mínimo mensal. São operários de uma fábrica de calçados e alguns trabalham informalmente como diarista, pedreiro, servente, encanador, empregada doméstica, babá, agricultores, entre outras ocupações. Nesse bairro também há uma parcela significativa de moradores que cumprem pena em regime fechado.

O nível de escolaridade da maioria dos pais de alunos que frequentam as duas escolas públicas localizadas neste bairro é baixo. A maioria deles possui apenas o ensino fundamental completo e uma minoria o Ensino Médio. Diante desse cenário surgem os alunos que não conseguem desvincular-se de sua realidade em busca de uma vida melhor. Muitos desses estudantes passam por dificuldades que comprometem a sua aprendizagem.

Muitos vão à escola sem qualquer tipo de alimentação, buscando apenas o lanche. Para alguns desses alunos o processo de ensino e aprendizagem passa despercebidos, sem nenhuma importância. Isso exige que as instituições junto com a família (quando essa família participa) fiquem atentos a todos esses acontecimentos, uma vez que tais acontecimentos são decisivos para o processo de alfabetização das crianças. Existem também aqueles estudantes que têm muitas dificuldades em se desenvolver, por não são incentivados pela família, mas mesmo diante destes obstáculos buscam sobressair às dificuldades encontradas.

Ao levar em conta que a realidade e a cultura do aluno devem ser objetivo principal na elaboração do Projeto Político Pedagógico, observa que essas situações descritas, anteriormente, são preocupantes e nos trazem inquietações, pois se o aluno é, ou deveria ser o centro do ensino e da aprendizagem como esse aluno pode estar

preparado para construir conhecimento em meio a tantas privações? Daí a necessidade de uma construção de um PPP elaborado junto à comunidade e que atenda às peculiaridades de cada comunidade escolar.

Por meio do PPP a escola pode estabelecer um estreitamento entre a realidade do estudante e a proposta pedagógica adotada nas escolas. Com isso, tornaria possível a elaboração de um PPP mais voltado ao aluno, pensando metodologias e estratégias de ensino que venham ao encontro dos interesses e necessidades da comunidade escolar.

O bairro Industrial de Lourdes conta com a seguinte infra - estrutura: dois postos de saúde: Estratégia de Saúde a Famílias (ESF); Centro Educacional Infantil (CEINF); uma Obra Social; um Asilo; um centro de eventos; clube; centro de convivência e fortalecimento de vínculos, denominado PETI; um CRAS: Centro de Referências de Assistência Social; uma Praça nomeada Dom Caxias (popular pracinha da Iacal) e uma escola da rede estadual, e a outra da rede municipal.

Os Postos de saúde têm atendimento médico e odontológico no período matutino e vespertino, fazem acolhimento das famílias para consultas mediante o agendamento, realizam exame do preventivo, aferimento de pressão, curativos, vacinas. Também contam com atendimento da pesagem do auxílio Bolsa Família. Todas as famílias que recebem o auxílio do governo – o benefício Bolsa Família, duas vezes ao ano têm por obrigação levarem todos os moradores da residência que estejam no cadastro para pesar e avaliar altura. As mulheres com vida sexual ativa têm como dever levar no dia que se realiza o “peso” resultado do exame do preventivo para preencher um cadastro que será encaminhado para o Governo Federal.

O Centro Educacional Infantil recebe alunos desde o berçário ao jardim III, ou seja, alunos de seis meses a seis anos de idade. O funcionamento deste CEINF acontece da seguinte maneira: berçário I e II tomam café da manhã, tomam banho, almoçam e em seguida vão dormir (crianças de seis meses a dois anos). Ao acordar já no horário vespertino (12h horas, aproximadamente) os bebês mamam, fazem atividades, lancham e tomam banho para irem para suas casas.

Os alunos maiores que estudam no jardim I e II chegam, tomam o café da manhã e vão para sala de aula. Finalizam suas atividades às 10h30 minutos e na sequência vão almoçar. E depois de mais ou menos uma hora, com ajuda de algumas monitoras, as crianças tomam banho e vão dormir. Acordando alguns minutos antes de irem embora. As turmas são organizadas com horários diferentes. Enquanto algumas salas descansam

as outras estudam/brincam, assim vice versa. O horário da entrada das crianças na instituição é das 6 h e 30 e saída 16h30.

O Asilo atende pessoas não apenas com idade avançada, mas também pessoas que precisam de auxílio e de constante atenção por terem dificuldades em desempenhar suas funções diárias. Dispõe de serviços e profissionais de saúde variados como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas e voluntários.

O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) trabalha com projetos para crianças com horários alternados, desenvolvendo atividades extraescolares e artesanatos. Destaca-se que o PETI atende somente os alunos da escola A. Além do PETI, o bairro conta ainda com o CRAS, uma sede municipal e estadual que atende a comunidade carente de alguns bairros do município de Paranaíba. No CRAS são oferecidos vários cursos de artesanatos recebendo famílias de vários bairros como: Santo Antônio, Jardim Carina, Ipê Branco, Daniel I, Daniel V, bairro Primavera, e Loteamento Residencial Constroluz.

Quanto à questão cultural, o bairro conta com a Associação de Moradores. Lá, são realizados pequenos eventos, como chá de bebê, aniversários, que são organizados pela própria comunidade. As festas típicas e os eventos populares oferecidas aos moradores são patrocinados pelo presidente e vice-presidente do bairro. Um exemplo desse tipo de festa é a comemoração do Dia das Crianças. Nessa data é distribuído às crianças cachorro quente, picolés e pipocas.

Outro espaço que favorece a convivência entre os moradores do bairro é a Pracinha Iacal que conta com uma quadra de areia, uma quadra de cimento coberta, alguns parques de diversões para as crianças brincarem e alguns equipamentos para a realização de atividades físicas. Uma vez por mês, no sábado, a comunidade realiza bazar de roupas e calçados novos e seminovos.

O bairro possui também vários estabelecimentos comerciais como farmácias populares, condomínios, pizzaria, sorveteria, instituto de beleza, oficinas mecânica, supermercados, bicicletarias, e algumas hortas (hortaliças e verduras), várias igrejas evangélicas e uma Igreja católica.

As duas escolas do bairro possuem ensino fundamental. A escola estadual também oferece ensino médio no período matutino e noturno. Ela recebe alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio, no horário matutino. No vespertino as aulas são para estudantes do primeiro ano a 9º ano do Ensino Fundamental, e o Ensino Médio do 1º ao 3º ano são no noturno.

A escola municipal recebe alunos do 5º ao 7º ano do Ensino Fundamental no período matutino e Jardim III da Educação Infantil, e no período vespertino alunos do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental.

2.1- Contextualização das escolas

Escolhemos estas duas escolas por serem de um bairro periférico.

A importância de pesquisar um bairro periférico é que a maioria das famílias que nele habita é de baixo nível de poder aquisitivo e tem que ter um olhar mais especial por parte das políticas públicas, então buscar conhecer mais de perto a realidade desses moradores, seja pela leitura do Projeto Político-Pedagógico é interessante.

A escolha por uma escola estadual e outra municipal, localizadas no mesmo bairro permite-nos conhecer a estrutura de cada uma e as tendências pedagógicas que ambas defendem. É importante estudarmos os PPP de ambas as escolas para também obter conhecimento sobre a realidade da escola, da comunidade.

É por meio do conhecimento do PPP de uma instituição que se pode avaliar o que é proposto para ser trabalhado na escola, o modo de organização dos saberes, a metodologia e os pressupostos teóricos que subsidiam as práticas pedagógicas da escola. A partir de olhar atento ao PPP é possível termos um panorama do que deve ser mudado.

2.2 - Escola Estadual

Com a origem do bairro Industrial de Lourdes e com o crescimento de moradores que residiam nessa região, as autoridades do município compreenderam que seria importante que construísse uma escola naquela localidade. Assim, em 31 de março de 1978 “[...]no governo de José Garcia Neto inaugura-se a Escola Estadual Manoel Garcia Leal.” (RULLI, COSTA, MARQUES E NETO 2016, p. 3).

Segundo Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual (2016), no início apesar de a escola ter uma arquitetura adequada para acolher 900 alunos, quando chovia era de difícil acesso, pois com os buracos era impossível transitar até mesmo de bicicleta. Com o tempo chuvoso o telefone não funcionava, e com isso quando os funcionários tinham

que se comunicar com outro local precisava ir até um orelhão, naquela época era muito comum essa prática.

O primeiro diretor da escola Manoel Garcia Leal foi Diogo Robalinho de Queiroz. Naquela época para se tornar diretor precisava da aprovação do colegiado. Além de Diogo Robalinho de Queiroz, dentre esses 38 anos, a escola teve os seguintes diretores “[...] Nadir Ferreira Chaves, Mair Leal de Souza, Nelci Cândida de Faria, César Rodrigues da Silva, Laura Maria Rodrigues Salgueiro e atualmente Rosemary Aparecida Rulli”. (RULLI, COSTA, MARQUES E NETO, 2016, p. 3).

Após 14 anos de sua inauguração, em 1992, a escola passou por uma reforma aumentando sua capacidade para 1.500 alunos. Durante esse período foram supridas muitas dificuldades daquela comunidade escolar como, por exemplo, o acesso à escola. Entretanto diversas dificuldades ainda permanecem, uma vez que os recursos são poucos. Atualmente a escola oferece o ensino fundamental e ensino médio. Do 2º ao 9º ano e 1º ano do Ensino Médio no período matutino, do 1º ao 7º ano do ensino fundamental no período vespertino e do 1º ao 3º do Ensino Médio no período noturno.

Hoje, a totalidade de alunos matriculados na escola estadual é de 650 alunos, segundo informações de uma professora da instituição.

A escola também conta com o “PROEMI” Programa Ensino Médio Inovador, que é um projeto que tem ações de práticas pedagógicas definidas no projeto vigente no ano de 2016, segundo o PPP da escola mencionada.

A escola tem uma sala de alfabetização, com uma professora alfabetizadora que é formada em Pedagogia pela FIPAR- Faculdades Integradas de Paranaíba- MS, segundo informações constatadas nos arquivos da escola. Nessa única sala de alfabetização, o funcionamento são dois períodos matutino e vespertino, no total são 56 alunos. Segundo a escola, todos os professores do 2º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental têm formação em Pedagogia.

Segundo informações do PPP (2016), a escola possui onze salas de aula distribuídas em três pavilhões, uma cozinha, um refeitório, uma sala de recurso multifuncional I e II, uma sala de leitura/jogos, uma biblioteca, uma sala de professor, uma sala de coordenação pedagógica, uma sala de tecnologia, uma sala de vídeo, uma secretaria, uma sala do Programa Mais Educação, e uma sala de arquivo da direção, uma quadra coberta, um pátio coberto, dois banheiros adaptados para alunos com necessidades educacionais especiais, masculino e feminino, dois banheiros para

professores, masculino e feminino, um banheiro para secretaria e direção e um banheiro para o administrativo.

A paisagem ao redor da escola é bem arejada, com várias árvores em frente. No interior da instituição com ajuda dos alunos foram construídos vários canteiros com garrafas pets para plantar plantas menores, algumas comestíveis.

A quadra da escola é grande. Além de comportar os alunos para jogos, treinos do dia-a-dia, recebem também alunos tanto da escola como das regiões para participar de alguns projetos como aula de dança.

Segundo informações da direção, bimestralmente, em um pátio coberto, acontecem reuniões para os pais com apresentações de teatro, dança, poemas, sorteios de brindes para os pais. A inserção da família na escola é um projeto do governo estadual denominado - Dia da família na escola. Os eventos são sempre organizados por alunos e professores. Educadores da instituição e outros profissionais sejam da área da educação, psicologia e saúde também são convidados para palestrar, para orientar os pais sobre determinados temas, trazendo mais clarezas sobre os assuntos que abordam.

Nota-se que esta escola apesar de ser de um bairro periférico é uma escola muito acolhedora e aberta aos pais. Recebe crianças de diversos meios sociais e de outros bairros vizinhos – Daniel V e Primavera, mais conhecido como Portelinha. A maioria dos alunos é de família de baixa renda.

A unidade escolar tem 44 professores, 34 colaboradores administrativos um coordenador e um diretor. Nas salas de aula há móveis adequados, assim como na coordenação, secretaria, direção, cozinha, sala dos professores, sala de arquivo, sala de tecnologia, sala de vídeo e biblioteca. A escola dispõe de quarenta e nove computadores, oito impressoras sendo uma multifuncional, um scanner, uma máquina digital, dois microsistem, um fax, seis notebooks, duas TVs 42', um teclado tipo colmeia, dois projetores e-proinfo, um data show, três caixas de som médias, uma caixa de som e mesa de som grande, um microfone e uma lousa digital.

2.3 – Escola Municipal

A Escola Municipal Professora Liduvina Motta Camargo foi criada em dezoito de novembro de 1998. O nome da instituição foi dado em reconhecimento à educadora e aos seus serviços prestados à Educação e a Sociedade paranaibense. “[...] reconhecida de 1ª à 8ª série pela Deliberação do CEE nº 3117 de 04/06/92 é implantado o Pré-

Escolar pela Deliberação do CEE nº 3433 de 16/12/92 passando então a denominar-se E.M.P.E.P. G Professora Liduvina Motta Camargo,” informações estas que alcancei nas leituras que fiz do PPP da mesma.

Anterior a sua criação funcionava precariamente, com apenas duas salas de aula, como extensão da Escola Municipal Major Francisco Faustino Dias. Com o passar dos anos, o bairro foi expandido e as duas salas ficaram insuficientes para atender a demanda escolar naquele local. Percebendo a necessidade e preocupando-se com ela, o prefeito da época, Wilson Roberto Mariano de Oliveira, optou por construir no mesmo local, uma nova sala. Foi, então, ali construído a nova escola que contava com cinco salas de aula, secretaria, distribuídos em sala para professores e direção, gabinete dentário, refeitório, cozinha, sanitários para alunos e professores e almoxarifado.

Atualmente a Unidade Escolar sofreu algumas mudanças como a desativação do gabinete dentário que cedeu lugar à biblioteca denominada “Maria Aparecida do Amaral Brandão”. O almoxarifado foi transformado em sala de informática, a sala dos professores foi dividida ao meio e em uma das partes funcionando sala de recursos. Foram construídas mais quatro salas e aquisição de uma área com sala e sanitários e um parquinho adequado aos alunos da Educação Infantil, segundo informações contidas no PPP (2016) da escola.

A organização estrutural da escola corresponde às normas legais. As instruções baixadas pelos órgãos competentes proporciona Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e no Ensino Fundamental de nove anos. Estão lotados nesta unidade escolar 32 professores, 31 colaboradores administrativos um coordenador e um diretor.

A escola dispõe de um laboratório de informática com 10 computadores, internet, um professor de tecnologia à disposição para auxiliar os professores e alunos. Uma sala de recurso multifuncional com professores capacitados para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola atende em dois turnos: matutino, das 7 horas às 11h 25, com intervalo de 15 minutos, 9h 30 às 09h45. Nesse turno é atendido, aproximadamente, de 285 alunos do Ensino Fundamental - do 5º ano ao 7º ano - e da Educação Infantil. No período vespertino, das 12h30min às 16h45, com intervalo de 15 minutos, das 14h50 às 15h05min. No vespertino, atende 281 alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 7º ano.

A instituição conta com 18 salas de aula e de 442 alunos matriculados. São oito salas de alfabetização, com seis professores alfabetizadores. Todas com formação em

Pedagogia, segundo informações da escola. Essas salas funcionam em dois períodos matutino e vespertino. Ao todo são 132 alunos regularmente matriculados na fase de alfabetização.

Os professores alfabetizadores concluíram sua formação nas seguintes instituições: UEMS, URUPURUNGÁ, FAR, FUNEC.

Para tanto se faz necessário uma reflexão e estudos a importância da inclusão nas escolas, uma vez que são compreensíveis as dificuldades de nossos educadores considerando a diversidade encontrada na sociedade, e no meio escolar. De acordo com PPP (2016) da referida escola, essa unidade escolar, atualmente, recebe alunos de vários grupos sociais, porém não se preparou para isso. Continua com a mesma estrutura física, os mesmos valores e conhecimentos.

Ao desenvolver a pesquisa sobre bairro e escola, vi o quão é importante sabermos mais sobre a realidade da sociedade em nossa volta, sobre os objetivos que a instituição de ensino propõe para com a comunidade que está ligada diretamente ou indiretamente na escola.

Conhecermos o PPP da instituição é um passo importantíssimo tanto para pais de alunos quanto para a comunidade, assim ambos estarão fundamentados nos direitos e deveres enquanto cidadãos participativos no ensino e aprendizagem enquanto indivíduo.

É de suma importância mencionar que tanto o Projeto Político Pedagógico de uma instituição quanto à estrutura física e metodológica são flexíveis, passivos de mudanças e aprimoramentos, buscando meios para atender seus alunos e comunidade.

CAPÍTULO III- CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) em diferentes esferas da escola municipal Liduvina Motta Camargo e da escola estadual Manoel Garcia Leal e abordar em quais contextos a palavra alfabetização aparece nos dois PPP.

Furtado (2014), em sua entrevista para **Revista Direcional Educador** aborda sobre o surgimento do Projeto Político Pedagógico, e o contexto histórico em que surgiu. O autor afirma que o PPP surgiu no Brasil no final da década de 80, decorrente de um longo período de ditadura político educacional em que vivemos:

Durante os longos anos de ditadura, o planejamento da Educação era centralizado, cheio de obrigações e padronizações que faziam das escolas meras cumpridoras de legislação. Foi na Constituição de 1988 que se concretizou a luta pela gestão democrática da escola pública, que surgiu em reação à política de centralização. (FURTADO, 2014, p. 1)

Segundo Furtado (2014), o surgimento do Projeto Político Pedagógico, ocorreu com o fato de a escola estar passando pelo processo da primeira e grandiosa experiência da diversidade cultural, experiências que deram oportunidade para a população que antes era excluída das escolas públicas e passaram a ter oportunidade de frequentar uma instituição escolar. “[...] o PPP surgiu também como um poderoso instrumento para que a escola pudesse lidar com a diversidade, que continua a ser, ainda nos dias atuais, um dos maiores desafios da escola”. (FURTADO 2014, p. 2)

Apesar do fato de que a diversidade é um aspecto que ainda enfrenta obstáculos nas instituições escolares, o PPP veio como uma ponte entre a escola e a comunidade, segundo Furtado, (2014). Por meio do projeto busca-se atingir o objetivo que é esperado tanto pela escola quanto pela comunidade, “[...] outro fator que ajudou bastante foi o fato da escola estar passando, nessa época, por sua primeira grande experiência de diversidade cultural, pois passou a receber populações antes excluídas das escolas públicas.” (FURTADO, 2014, p. 3). Embora mesmo nos dias atuais falar em diversidade em quaisquer circunstâncias que seja ainda é desafiador, acrescenta. O autor em sua

entrevista nos fala ainda que o Projeto Político Pedagógico seja a identidade da escola, ele é político porque tem um compromisso social, ou seja, a instituição tem um comprometimento com a comunidade, visando a formar o cidadão para ser inserido em uma sociedade que deseja; é pedagógico porque determina as ações educativas e as características que a instituição escolar necessita para cumprir suas finalidades. “[...] um PPP deve contemplar a missão da escola (ou marco referencial), que é a declaração explícita dos valores e aspirações da escola”. (FURTADO, 2014, p.3) considerando a clientela recebida, pois envolve toda comunidade, alunos e familiares. Que no momento de elaborar o PPP a instituição deve fazer uma descrição da relação da mesma com a comunidade, propondo soluções que serão usadas para melhor atender aos alunos, até seu resultado final que deseja alcançar que é o processo de ensino e aprendizagem. Esse processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico até seu resultado final, segundo o autor, tem como objetivo estabelecer metas e prazos a serem cumpridos, nos trazendo orientações ao construir os planos de aula e a realização das práticas pedagógicas. Furtado (2014), aborda as dificuldades que as escolas encontram no momento de elaborar o PPP, pois a construção é realizada de maneira democrática, com sabedoria e competência contemplando a necessidade da comunidade escolar. Esse processo não é fácil, pois as pessoas têm distintas maneiras de pensar sobre o assunto, e as opiniões divergem apesar do interesse muitas vezes ser coletivo. Mas é importante que se estabeleça um espaço de respeito e diálogo para que se possa chegar a um acordo que é o de alcançar as necessidades do aluno e família. Segundo o autor, a elaboração do projeto é um procedimento que tem que ser feito coletivamente, mas não acontece [...] o PPP acaba sendo produzido por um pequeno grupo e não se consolida como uma obra coletiva em relação às quais todos tem responsabilidade. (FURTADO 2014, p.4), ou seja, a responsabilidade fica para poucos, enquanto de fato os envolvidos são todo o corpo docente e a comunidade. Furtado (2014) faz ainda uma comparação entre o Projeto Político-Pedagógico e o Currículo escolar, ele nos fala que o PPP é uma maneira de se concretizar o currículo, que é por meio do currículo que:

Estabelecemos uma forma de organização do trabalho pedagógico que parte, essencialmente, da definição a respeito de que aluno a escola quer formar. A partir dessa definição, o PPP permite uma organização coerente de planos de ação que vão dar forma ao currículo da escola. O Projeto Político-pedagógico é que dá vida e personalidade ao currículo da escola. (FURTADO 2014, p. 4)

Para França (2016), o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que deve ser produzido por todas as escolas segundo a LDB da Educação Nacional:

O Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Esse projeto é o referencial de quaisquer instituições de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação. Ou seja, o marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição. (FRANÇA 2016, p. 4)

A autora nos traz ainda que apesar do PPP ter vasto conhecimento, ou seja, ser muito falado, ainda assim muitos gestores educacionais têm dúvidas sobre o conteúdo deste documento, sobre a forma como foi criado, e de que maneira ele realmente deve ser executado nas escolas.

Para sanar as dúvidas mencionadas, a autora nos esclarece que o PPP é um norteador que nos direciona a como trabalhar as práticas pedagógicas votadas para a sociedade em que a escola está inserida, trazendo a realidade dos pais e alunos para a gestão escolar e assim realizando um trabalho voltado à realidade da comunidade. Na prática, o PPP estipula a instituição sobre os objetivos a serem alcançados, isso em todas as dimensões educacionais, segundo França (2016).

A proposta curricular: nela deve ficar claro o que será ensinado que qual será a metodologia adotada. Ela deve trazer, ainda, as diretrizes pela instituição para avaliação da aprendizagem, bem como do próprio método de ensino; Diretrizes sobre a formação dos professores: o documento deve ser claro sobre a forma com que a equipe docente vai se organizar para cumprir a proposta curricular. Além disso, deve haver um plano para desenvolvimento e capacitação contínuos dessa equipe; Diretrizes para a gestão administrativa: para que a proposta curricular e as diretrizes sobre a equipe sejam cumpridas é necessário que exista um suporte administrativo bem organizado. O documento apontará o caminho para que a gestão da escola viabilize os outros pontos. (FRANÇA 2016, p.2)

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é um documento indicador para que a escola alcance sua potencialidade máxima, e sempre buscando contribuir e se adequar a comunidade em que está inserido, para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, frisa a autora.

França (2016) pontua os conceitos que formam o Projeto Político Pedagógico:

É uma reunião de propostas que têm como objetivo a realização de uma ação. Assim, essa palavra traz a ideia de futuro, que tem como ponto de partida o presente. Político: esse termo está presente por considerar a função social das instituições de ensino. Assim, seu significado está relacionado à possibilidade de fazer da escola um espaço emancipatório e que atua na formação de cidadãos ativos na construção da sociedade. Pedagógico: a palavra define o conjunto de métodos utilizados na educação para que cada sujeito se desenvolva de forma global. Assim, nesse documento, o termo faz menção a todos os projetos e atividades educacionais que são utilizadas nos processos de ensino e aprendizagem. (FRANÇA 2016)

Dessa maneira abordando as três dimensões do PPP, França (2016) menciona todos os planos e atividades educativas que são empregados nos procedimentos de ensino e aprendizagem, lembrando que o Projeto Político Pedagógico é flexível, está em constante transformação, buscando adaptar-se as necessidades de cada aluno e observando a realidade da comunidade.

Para Veiga (2002), o Projeto Político Pedagógico tem o objetivo de buscar elemento para ampliar os estudos e nortear os professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, assim buscando melhoria da qualidade do ensino.

A autora acrescenta ainda abordando que a escola é o espaço de buscar entendimento, realizar objetivos e fazer avaliações do aluno no âmbito educativo, organizando o PPP voltado à realidade do aluno/comunidade. “[...] nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe dêem as condições necessárias para levá-la adiante”. (VEIGA 2002, p.1). Desse modo, são importantes as palavras da autora, ao defender que as relações sejam fortalecidas entre escola e sistema de ensino por meio da construção do Projeto Político-Pedagógico.

Veiga (2002), ao tratar da construção dos projetos nas escolas, frisa a importância de termos uma meta a ser cumprida, ou seja, planejar o que almejamos realizar. Prevendo um futuro diferente do presente, ou seja, diante do que temos, buscar meios para aperfeiçoarmos mais na construção de nova concepção de ensino por meio do projeto.

Para reforçar suas palavras Veiga (2002) usa como exemplo a citação de Gadotti (1994, p. 579)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579, apud VEIGA).

Nesse ponto de vista, o PPP segundo a autora vai mais adiante que um mero ajuntamento de planos que se queira aplicar no aluno, e nem é um projeto que se faça e engavete, nem conduzido ao corpo docente de uma instituição, simplesmente para provar que cumpriu suas tarefas burocráticas.

Não podemos deixar de nos lembrar de que o Projeto é construído e vivenciado em todos os momentos, presente e passado, ou seja, sempre renovando para buscar aderir às novas demandas que surgem no decorrer dos anos, processo que é realizado por todos os envolvidos com o procedimento educativo da escola, ressalta a autora.

3.1 - Princípios norteadores do Projeto Político-Pedagógico

Para buscar nos trazer mais compreensão sobre o PPP, Veiga (2002, p.2) aborda os princípios norteadores.

A autora destaca que a maneira como é abordado o Projeto Político Pedagógico, a organização de como realizar um trabalho da instituição de ensino como um todo, não somente do ensino e aprendizagem, mas sim, de todo corpo docente escolar, esse procedimento está voltado aos princípios que deverão orientar a escola a alcançar objetivos em comum, entre a escola e comunidade. Para aprofundar mais sobre os princípios norteadores do Projeto Político-Pedagógico, que segundo Veiga (2002, p.3), deverá “nortear a escola democrática, pública e gratuita”, ela utiliza uma citação de Saviani (1982, p.63) que defende a igualdade de condições para acesso e permanência na escola[...]“Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjuntos sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada”.

A qualidade de ensino não pode dar privilégio a minorias econômicas e sociais, afirma a autora, com base em Saviani (1982, p.63), pois é desafiadora a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, todavia o objetivo é proporcionar uma qualidade tanto no

ensino quanto de bem estar a todos os envolvidos, desde os elaboradores do Projeto Político-Pedagógico, os alunos e a comunidade, buscando assim, ampliar as duas dimensões, a formal ou técnica, ou seja, um procedimento que serve para uso de todos, lembrando que cada dimensão tem seu caráter próprio, uma não depende da outra.

Veiga (2002, p.3) nos traz o conceito de Gestão democrática abordando que:

Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares. (VEIGA, 2002, p.3)

Essa democracia é constituída pela participação dos professores, alunos, servidores da escola, pais ou responsáveis, pessoas que têm participação direta ou indireta no momento da formação da ideia e opiniões da comunidade escolar e todas as pessoas que têm envolvimento com ela.

Demanda o entendimento segundo Veiga (2002) das dificuldades que surgem por meio da prática pedagógica. Visando trabalhar junto teoria e a prática, o planejar e o executar, buscando resgatar o domínio desse procedimento que deve resultar do que os educadores planejaram.

A autora frisa também que Marques (1990, apud Veiga, 2002, p. 3) sugere a gestão democrática para se pensar melhor na estrutura econômico-política da escola, dando oportunidade à participação do coletivo, tornando esse procedimento menos individual, e mais harmônico, sem exploração, e sim solidário, dando autonomia, deste modo, deixando de ser subordinada aos gestores que medeiam as políticas educacionais, de modo que a escola não seja uma simples executora.

Não é um procedimento fácil, como afirma a autora, mas é uma construção que deve ser elaborada de maneira crítica e mais coletiva, respeitando as opiniões e o ponto de vista do grupo, visando sempre ao bem estar da escola e comunidade.

Veiga (2002, p. 4) aborda a liberdade como outro princípio constitucional:

O princípio da liberdade está sempre associado à ideia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-

nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas. (VEIGA, 2002, p. 4)

Segundo a autora, a autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza no momento da ação pedagógica, adquirindo normas e orientações que são criadas no ato pedagógico. Portanto a liberdade, para a autora, são as experiências que se constroem coletivamente, principalmente no meio educacional, e a escola tem uma participação direta com essa autonomia.

Na concepção de Heller (1992, p. 155) a liberdade se torna liberdade pelo simples fato de sermos livres de alguma coisa, principalmente sermos livres de algo negativo.

Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramos-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são! (1982, p.155 apud VEIGA, 2002, p. 4)

Veiga (2002) acrescenta as palavras de Heller (1992, p. 4) afirmando o seguinte: “[...] a liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente”.

A valorização do magistério para Veiga (2002, p.4) é o principal ponto de partida para se discutir o Projeto Político-Pedagógico.

3.2 - Análise do PPP da Escola Municipal

Como mencionado no início deste capítulo o objetivo será analisar em quais contextos aparecem a palavra alfabetização no Projeto Político Pedagógico.

Na referida escola apesar de grande dificuldade em ter acesso ao Projeto Político Pedagógico, a palavra alfabetização aparece apenas uma vez, a qual se refere à Participação dos professores alfabetizadores no PNAIC- Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa.

A dificuldade em que menciono é que, o Projeto Político Pedagógico não se encontra em PDF e nem disponível na rede de ensino, e somente impresso, não podendo tirar fotos, ou xerocopiar.

Assim tive que fazer a leitura do mesmo linha por linha por diversas vezes, para ter certeza de que a palavra alfabetização só apareceria no contexto acima citado. Uma vez que em momento algum fiquei sozinha com o mesmo na sala da secretaria da escola no momento da leitura. Esse procedimento dificultou bastante o desenvolvimento do meu Trabalho, uma vez que minhas horas vagas são poucas.

Segundo o Projeto a Formação Continuada é oferecida aos educadores não somente para ministrar os conteúdos do Referencial, mas também para desenvolver estratégias que amenizem os problemas da comunidade em que a escola está inserida, assim acolhendo as necessidades do bairro “com população bem numerosa e índice de alto de usuários de e tráfico de drogas, gravidez precoce e pais cumprindo pena em presídios” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2014, p. 43), proporcionando assim uma educação diferenciada aos alunos que ali estão inseridos, dando a eles a oportunidade de um ensino de qualidade e de vida melhor.

Para aprofundar mais sobre o assunto, Veiga (2002) trata da importância da formação continuada, palavra que aparece no Projeto Político Pedagógico da escola municipal da qual fomos incumbidas a fazer uma análise do referido documento.

A autora aborda o assunto de maneira que nos transmite entendimento sobre o conceito de uma formação continuada.

Ressalta que a formação continuada tem como dever voltar-se à escola e fazer parte do Projeto Político-Pedagógico.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos. (VEIGA, 2002, p.4)

É dever da escola por meio da formação dos profissionais da área, dando procedimento e fazendo levantamento sobre o que necessita para que estes profissionais

tenham uma capacitação; criar programas para que eles tenham a formação de que necessitem, contando com apoio e a participação dos órgãos da instituição, desde a ideia, da execução e do resultado final da formação a estes docentes. “[...] daí, passem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras”. (VEIGA, 2002, p. 4) O Currículo é um indispensável componente para que se realize uma organização escolar.

A partir dele se dá a interação entre os componentes que tem o mesmo objetivo, sustentando a escolha por um referencial teórico, trazendo fundamentos que sustentem a prática.

O currículo se constrói de maneira social assim como o Projeto Político Pedagógico, buscando transmitir conhecimentos que são construídos ao longo do tempo, portanto a transmissão dos conhecimentos, a construção e a transmissão dos mesmos se a assimilação são componentes do processo metodológicos. “[...] neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar”, conforme esclarece Veiga (2002, p.7).

Ferreira (2012) também escreve a respeito da formação continuada, ela inicia falando sobre o processo histórico da formação continuada, abordando que ao longo da história da educação, foram ponderadas distintas formas de se preparar tais indivíduos para que atuassem na prática educativa. Foi dessa forma que a educação foi ganhando espaço dentre os movimentos de políticas de formação, que a inicialmente tinha como propósito aspectos que preparavam o educador para exercer a prática, e se obtinha apenas no momento em que se preparava para exercer seu papel enquanto professor. Isso era realizado por meio do curso magistério ou algo equivalente, ou após cursar Pedagogia.

Ferreira (2012) aborda que posteriormente a este procedimento o professor era visto como se já estivesse preparado para atuar por tempo indeterminado, a gestão escolar via o educador como pronto, sem a necessidade de mais formação, nos fala.

Hoje em dia, mudou essa maneira de pensar devido a várias modificações que foram acontecendo na sociedade no século XX, “[...] principalmente do ponto de vista político, econômico e cultural, foi sendo substituída pela concepção da formação ao

longo da vida, a formação continuada”, afirma Ferreira (2012, p.9), e não tendo como uma única formação pronta e acabada como antes mencionado.

A questão da formação continuada de professores no Brasil é um assunto que vem sendo vastamente discutido como um dos caminhos de melhor acesso ao ensino de qualidade. Essa é uma discussão preocupante que acontece devido ao fato de que nas últimas décadas, aumentado a demanda de matrículas em todos os níveis de ensino, afirma a autora.

Nesse ponto de vista, o Ministério de Educação (MEC), por meio de parcerias com as universidades, vem realizando programas de formação continuada, com objetivo de buscar capacitar e aperfeiçoar a formação dos professores nas diversas áreas de ensino, em acordo com as modificações que vem se ocorrendo no campo de ensino e aprendizado. “[...] se tratando do ensino da língua, mais especificamente a alfabetização, o governo atual tem promovido grandes debates, buscando garantir a apropriação do sistema de escrita, dentro da perspectiva do letramento dos alunos inseridos nos anos iniciais do Ensino Fundamental”. (FERREIRA, 2012, p.9-10)

Na visão de Ferreira (2012), o PNAIC - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa vem discutir o ponto de que seu objetivo é formar os professores das escolas públicas brasileiras, que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, levando a esses educadores a reconhecerem importância deles participarem dessa formação.

Já na formação continuada as funções que desempenham são de profissionais e de estudantes, ocorrendo assim na maioria das vezes um desafio entre esses dois distintos modos de formação.

Desse modo, Ferreira (2012) ressalta que:

No caso dos professores, essa mudança de pensamento teve uma forte influência. A ideia de que uma formação inicial seria necessária para formar quadros profissionais permanentes por muito tempo seria substituída pela continuidade dessa formação inicial ao longo da vida. Assim, a formação continuada, por sua vez, viria a provocar uma série de transformações nas orientações dos sistemas educativos, na cultura escolar, como também diversas reformas nos métodos de ensino. Isso implicaria, por outro lado, uma mudança de mentalidade na vida profissional docente. (FERREIRA 2012, p. 9)

Durante a formação, o professor passa analisar as atividades por meio da prática; é um caminho para se refletir sobre o que se aprendeu no decorrer da formação e assim desenvolver tarefas vivenciadas voltadas ao cotidiano dos estudantes, dando ao educador oportunidades de lidar com diferentes situações que vão surgindo no decorrer de sua trajetória como professores, assim cabe a ele saber lidar com tais situações, seja ela do seu conhecimento ou não. Embora os professores que vivenciam a formação continuada já tenham informações sobre a ocupação que irão exercer, no processo de formação, tais educadores devem ter consciência de que seus saberes não são estáticos, eles se transformam, aperfeiçoam, se refazem, ou são questionados. Ferreira (2012) esclarece que ao falar em formação continuada no plural, ela nos quer transmitir a ideia de que tanto na profissão docente quanto em qualquer outra a área de conhecimento, os saberes são diversos. “[...] o conhecimento científico, as proposições didático-metodológicas formalizadas ou divulgadas pelos pesquisadores, os conhecimentos transversais, dentre outros, são uma pequena amostra desses saberes que circulam na formação de um profissional do ensino”. (FERREIRA, 2012, p.14), não deixando de esclarecer a importância de que sendo tais saberes atualmente em diversas escalas são adequados individualmente. Ela ainda ressalta que os saberes diferentes que os professores trazem durante sua trajetória como educadores têm um peso distinto em sua carreira nos dias atuais, tornando seu currículo mais importante, não podem deixar de abordar segundo Ferreira (2012), que os conhecimentos se modificam em tempo muito curto. Outro componente que a autora ressalta como importantíssimo no processo de formação é a colaboração, que vai além da socialização, ou seja, vai além do sentimento de coletividade, pois tem como objetivo romper com o individualismo, buscando por meio da coletividade, a aprendizagem em grupo, que nesse processo com mediações os professores possam trocar experiências, aprender a ser solidários, se respeitar, apropriar-se de conhecimentos diversos e adquirir o que a autora chama de pertencimento, ou seja, sente-se que pertencem a um grupo, que é muito importante para sua formação enquanto educador, mas também como cidadão. Finalizando suas palavras, Ferreira (2002) nos ressalta determinados pontos para que possamos compreender melhor o procedimento da formação continuada dos professores. Ela esclarece que essa formação não é um acontecimento que se dá da noite para o dia, que os professores não podem ter essa ideia. A autora ainda compara como uma receita que é só seguir, um remédio que é seguir à risca que não terá mais problemas na educação. Ela nos alerta que não é assim; trata-se de um processo longo e sempre passivo de renovação. “[...] é importante termos

em mente que toda proposta de formação deve vir associada e fundamentada em uma proposta de sujeito, sociedade e escola baseada em valores e princípios de igualdade, justiça social e ampliação de oportunidades”. (FERREIRA, 2002, p.20)Do ponto de vista que a escola é um espaço institucional, que o objetivo seja a modificar a vida das pessoas e da sociedade, a autora aborda a importância de considerar os três pilares fundamentais neste processo:

Como afirmou Paulo Freire, conceber o professor como sujeito inventivo e produtivo, que possui identidade própria e autonomia, como construtor e (re) construtor de suas práticas e não mero reproduzidor de orientações oficiais; propor situações formativas que desafiem os professores a pensar suas práticas e mudar as suas ações; levar os professores a buscar alternativas, realizar projetos cujo objetivo seja não apenas alcançar as suas práticas individuais, mas, sobretudo, as práticas sociais e colaborativas de modo a favorecer mudanças no cenário educacional e social. (FERREIRA, 2012, p. 20)

Compreendemos que um procedimento de formação não acontece de maneira linear e simples, ou seja, não se marca um norte e chegando lá está pronto e acabado.

“Ele se dá também no sentido inverso, com conflitos, desequilíbrios e mudanças de concepções. Nesse sentido, pensar uma formação de professores é desenvolver ações e emoções que possam promover o desejo, o entusiasmo, a solidariedade e o conhecimento. É tatear em um terreno – do fazer/saber docente – que queremos mudar e melhorar, sempre e mais.” (FERREIRA 2002, p.20).

3.3 - Análise do PPP da Escola Estadual

Por meio de leituras do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Manoel Garcia Leal pude ter conhecimento que a palavra alfabetização aparece duas vezes em contextos diferentes da escola municipal. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2016, p. 22).

A palavra alfabetização no PPP da escola mencionada acima aparece para justificar o projeto “O mundo mágico da leitura”, texto literário, que tem como objetivo incentivar os alunos o hábito da leitura de maneira descontraída, além de estimulá-los para a alfabetização, fazendo com que a criança adquira o gosto pelos

diversos tipos de leitura, dando aos alunos autonomia para que eles mesmos escolham o que os livros que irão fazer a leitura, informando a eles a importância do compromisso da data da devolução destes volumes.

A Literatura Infantil pode ser um instrumento pedagógico extremamente relevante durante todo o período letivo. O projeto “O mundo mágico da leitura” da Escola Estadual Manoel Garcia Leal em forma de maleta ou sacola é um projeto criado para ser um incentivo à leitura de forma divertida, que além de estimular para a alfabetização fará com que a criança crie o hábito e o gosto por variados tipos de leitura, ou seja, os discentes escolhem os livros levam para casa e o professor poderá estipular o prazo para apresentação do resumo da obra. Pois não se forma bons leitores se eles não têm um contato íntimo com variados tipos de textos. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2016, p. 22).

Portanto é importante ressaltar que é mencionado no Projeto Político Pedagógico da escola estadual que este contato íntimo com diversos tipos de textos é que irá formar bons leitores. Contudo, não fica evidenciado que esta é uma ação prevista no PPP como alfabetização. Outro ponto onde aparece a palavra alfabetização é no momento de avaliar a estatística da quantidade de alunos que serão aprovados no final de cada ano letivo, avaliação interna, que ocorre com os membros da escola, sem depender de outras esferas.

Esse procedimento é decorrente da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). “[...] na avaliação interna a escola analisa a estatística no quantitativo da taxa de aprovação no final de cada ano letivo, e também realiza simulado anual englobando o ensino fundamental e médio, para detectar o nível de aprendizagem”. (PPP, 2016, p.63). São realizados simulados anualmente envolvendo o ensino fundamental e médio, para avaliar o nível de aprendizado destes alunos.

Aprofundando mais sobre o programa de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), foi esclarecido que é instrumento da avaliação externa da alfabetização, tornando um programa voltado às políticas educacionais, partindo dos problemas que surgem, vinculados à sociedade, procurando amenizar as desigualdades sociais. (CRUZ, TEIXEIRA E SOUZA 2016, p.10). Ou seja, a Avaliação Nacional da Alfabetização é uma política pública voltada à alfabetização para crianças.

No decorrer de sua pesquisa as autoras mencionadas destacou que o objetivo de investigação seria saber qual seria o entendimento dos professores e gestores sobre ANA, e o que este instrumento pode contribuir para a avaliação no Ciclo de Alfabetização. Segundo as autoras (2016) as informações passadas pelos educadores foram constatadas que.

A concepção de avaliação encontrada nos documentos base da ANA define esta prova como um instrumento de diagnose da situação escolar dos alunos que estão saindo do 3º ano do Ciclo de Alfabetização; no entanto, a análise dos dados apontou que a sua efetivação ainda se encontra comprometida, segundo as gestoras e professoras participantes dessa pesquisa. (CRUZ, TEIXEIRA E SOUZA, 2016, p.27).

Cruz, Teixeira e Souza (2016) pontuaram que a ANA é um instrumento que tem como intuito avaliar o grau de desenvolvimento da leitura, escrita e a matemática. Os autores abordaram que ficou provado que não se tem preparação por parte do educador para tal procedimento, embora considerado a leitura, a escrita e a matemática essenciais para o desenvolvimento do aluno, ou seja, falta preparo para desenvolver o processo de ensino até a etapa final que é a avaliação das salas de aula. É como se não houvesse uma sintonia dos conteúdos durante o processo de ensino e aprendizagem da criança no período em que chamamos de Ciclo de Alfabetização, tendo que ser analisado pela ANA, não considerando por falta de preparo todo procedimento de aprendizado da criança, complementaram os autores. (CRUZ, TEIXEIRA E SOUZA, 2016, p.27). Em alguns contextos durante sua experiência Cruz, Teixeira e Souza (2016) frisam que ficou evidente que a ANA é um instrumento que convém apenas para saber o nível de desenvolvimento do aluno durante o processo de alfabetização, deixando de lado o vínculo com o que é desenvolvido em sala de aula. Com essa falta de elo entre as perspectivas dificulta a busca por oportunidades por uma ação por parte dos educadores e uma proposta de melhoria na alfabetização nos anos seguintes, deixando o ensino fragmentado, sem maiores perspectivas. A mesma compreensão ocorre com a ideia da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) em relação ao currículo.

A mesma concepção perpassa a contribuição da ANA em relação ao currículo, pois apenas um pequeno percentual das professoras afirmou que o teste pode influenciar na sua definição. Acreditamos que a falta de formação continuada sobre esse instrumento de avaliação pode contribuir para esse desconhecimento quanto a sua aplicabilidade no contexto do Ciclo de Alfabetização. (CRUZ, TEIXEIRA E SOUZA 2016, p.27).

Nos resultados obtidos pelas autoras sobre a ANA, foram identificados que o MEC apesar de ser o eixo organizador da Avaliação Nacional da Alfabetização, adia a fazer a devolutiva dos resultados das avaliações, dificultava a reflexão do problema, além do que o MEC não tinha como propósito orientar a gestão escolar de como usar as informações da ANA em benefício da instituição e nem como fazer uma ponderação sobre os nortes que poderiam aperfeiçoar os educadores na metodologia de ensino e de aprendizagem.

Ao concluir esta pesquisa, as autoras identificaram que o MEC não havia feito a devolutiva esperada pelo corpo docente, para orientar de qual maneira a gestão escolar deve usar as informações da ANA.

Essa devolutiva é importante, pois, a partir destas informações os educadores poderiam buscar caminhos para assim assegurar os direitos e a melhoria do ensino e aprendizagem já mencionados, uma vez que o MEC é o eixo da avaliação do procedimento de alfabetização, deixando uma lacuna de como prosseguir a metodologia, conforme destacam Cruz, Teixeira e Souza (2016).

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi buscar compreensão sobre os conceitos de alfabetização e como a alfabetização é tratada nos Projeto Político-Pedagógico de duas escolas, uma municipal e uma estadual do bairro Industrial de Lourdes, da cidade de Paranaíba-MS. Buscamos também compreender a importância de desenvolver o Projeto Político Pedagógico voltado à comunidade no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e a importância da formação continuada dos professores envolvidos neste processo de ensino e aprendizagem.

Durante a realização da pesquisa conseguimos compreender que o conceito de alfabetização vem mudando ao longo dos anos, que não se pode dar como definido o entendimento do processo de aprendizagem, portanto o conceito de alfabetizar varia de acordo com as propostas pedagógicas de cada instituição de ensino, visando contemplar as necessidades de cada indivíduo.

No intuito de compreender quais os fatores que levaram a tantas modificações, desenvolvemos um trabalho voltado às concepções de alfabetização e do processo histórico da alfabetização voltado à cidadania, à leitura e à escrita.

Para melhor ampliar os conhecimentos sobre o assunto, foi realizada a pesquisa por meio de leituras de teóricos referente à alfabetização e de análise dos PPP de duas unidades escolares, para observar com quais as metodologias de ensino que os professores alfabetizadores norteiam suas aulas e se alfabetizam de acordo com a tendência pedagógica proposta pela instituição, e se estes educadores encontram dificuldades ao se adequar à proposta, assim como mencionada ao decorrer do trabalho.

Ao concluir as análises, foi observada que a palavra alfabetização aparece uma única vez no Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Liduvina Motta Camargo, no contexto da Formação Continuada. No Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Manoel Garcia Leal apenas duas vezes é mencionado a palavra alfabetização, quando é citada a Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA, e no Projeto de Literatura desenvolvido na escola intitulado *Mundo Mágico*.

Desse modo, poucas vezes e em contextos diferentes, mas ambos os Projetos Políticos Pedagógicos fazem poucas referências à alfabetização, isso somado à pouca frequência com que esta palavra é utilizada nos documentos analisados demonstra pouca importância dada informações de que é uma maneira de buscar solucionar as necessidades ao tema tão necessário a educação brasileira.

Referências:

André, Marli E. D. A. li. Pesquisa educacional I.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): Contribuições deste Instrumento na Percepção de Gestores e Professores.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1992.

BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo, PAIM, Marilane Maria Wolff BRITTO. Luiz Percival de Leme. Capítulo I, **Alfabetismo e Educação Escola**. In. Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade/ Ezequiel Teodoro da Silva (Organizadores). – Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CRUZ. Magna do Carmo Silva; TEIXEIRA. Andreza de Santana; SOUZA. Sara Leite de.

Disponível em: file:///C:/Users/samara/Downloads/1018-2944-1-PB%20(1).pdf, acessado em outubro/17.

Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/POLITICAS%20PUBLICAS-%20ESSE.pdf cessado em >08/09/2017.

FURTADO. Júlio. Projeto Político-pedagógico, Currículo e Gestão Democrática. Algumas perguntas e respostas.

Disponível em: <http://juliofurtado.com.br/projeto-politico-pedagogico-curriculo-e-gestao-democratica-algumas-perguntas-e-respostas/>. Acessado em Outubro/2017.

Disponível em: <http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf>, acessado em 11/10/2017.

Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/>. acessado em 23/05/2017.

Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/projeto-politico-pedagogico-e-a-ldb-9394-96/62030>, Acessado em 10/10/2017.

Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acessado em setembro/2017

Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-alfabetizar-letrar/lecto-escrita/artigos/concepcoes%20-%20de%20-%20alfabetizacao.pdf>. Acessado em: julho/2017

Disponível em:

<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/2/Artigo%2007.pdf> acessado em: 08/09/2017.

Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2015. Disponível em:

http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/documento_orientador_2015_versao_site.pdf, acessado em: outubro /2017.

FERREIRA. Andrea Tereza Brito. **Formação de professores**: princípios e estratégias formativas. Disponível em:

http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Formacao_de_professores_MIOLO.pdf, acessado em: 12/10/2017.

Ferreiro, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. 24ª Edição atualizada/9ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANÇA, Luísa, **Projeto Político Pedagógico**. nov. 21.2016. Disponível em: appprova.com.br/saiba-o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico. Acessado em outubro/2017.

FREIRE, Ângela: **Concepção de Alfabetização**.

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, D. Alfabetização, linguagem e ideologia. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXI, n° 73 Dez./2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4208.pdf>.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**, 2006.

Projeto Político Pedagógico Disponível em:

<http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/ProjetoPoliticoPedagogico/Visualizar.aspx?PPPID=Y+iW7IRJafw>. Acessado em maio/2017.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Manoel Garcia Leal.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A LDB 9394/96.

Projeto Político-pedagógico, Currículo e Gestão Democrática. Algumas perguntas e respostas. 1ª parte da entrevista de Júlio Furtado concedida à Revista Direcional Educador.

Publicado em 22 de June de 2017 por Monique Millet de Lima

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da 'vara'". In: Revista Ande n° 3. São Paulo, 1982. BETTLHEIM, BRUNO, ZALAN e KAREN E KAREN. **Psicanálise da Alfabetização**. Porto alegre, 1992.

SILVA, Francieli. Pirolli, DALLANOL, Rodrigo Assufi.

SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: **a alfabetização como processo discursivo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Conteúdo e didática de alfabetização. **Revista Pátio**, p. 96-100, fev. 2004. Disponível em:

<<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>>.

Acesso em: 19 de agosto de 2016.

Texto extraído sob licença da autora e da editora do livro: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: **uma construção possível**. 14a edição Papyrus, 2002.